

CNPJ: 34.028.316/0001-03

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

R\$

ATIVO			PASSIVO		
	2002	2001		2002	2001
Circulante	1.672.164.623,67	1.791.324.899,03	Circulante	1.482.491.707,89	1.212.839.109,83
Disponível	850.523.628,18	1.011.391.220,84	Fornecedores	309.677.167,70	240.116.887,96
Caixa	50.804.665,88	46.355.954,60	Salários e Consignações	182.843.947,02	161.458.614,11
Bancos	54.507.106,26	92.211.414,58	Encargos Sociais	28.452.775,99	47.135.557,86
Aplicações	745.211.856,04	872.823.851,66	Impostos e Contribuições	156.053.082,22	128.493.580,82
Créditos	635.962.139,57	637.419.815,89	Dividendos a Pagar	96.441.555,99	120.344.198,76
Clientes	635.962.139,57	637.419.815,89	Arrecadações e Recebimentos	137.125.368,72	61.887.926,46
Estoques	34.887.151,45	20.989.783,36	Adiantamentos de Clientes	297.586.447,59	260.360.568,92
Despesas Antecipadas	2.918.716,37	2.358.730,33	Débitos Negociados	8.508.001,26	15.636.794,88
Outros Valores e Bens	147.872.988,10	119.165.348,61	Contas Internacionais a Pagar	57.863.147,72	75.101.660,85
Adiantamentos	48.367.639,67	35.691.915,91	Precatórios Judiciais	13.280.112,06	3.163.752,40
Valores a Compensar	21.181.531,19	16.101.604,46	Provisões	47.456.754,33	38.314.359,64
Cobrança Jurídica/Inadimplência	47.393.049,01	38.676.619,14	Participação nos Lucros e Resultados	19.268.007,71	-
Valores a Apurar	1.695.867,80	6.412.850,42	Outros Débitos	127.935.339,58	60.825.207,17
Outros Créditos	29.234.900,43	22.282.358,68			
Realizável a Longo Prazo	419.629.438,11	110.233.161,20	Exigível a Longo Prazo	805.301.824,30	631.719.145,34
Aplicações	338.931.625,06	51.126.737,62	Empréstimos e Financiamentos	469.656.019,93	187.066.193,06
Imóveis Funcionais	4.690.579,16	4.768.240,95	Débitos Negociados	17.251.785,51	23.268.893,46
Despesas Antecipadas	25.909.808,76	14.446.203,54	Postalis Res. Amortizar	71.728.398,00	
Depósitos Judiciais Trabalhistas	50.070.238,68	39.864.792,64	Provisões	97.217.377,85	94.916.088,83
Outros	27.186,45	27.186,45	Tributos Compensados	70.166.565,80	88.839.656,66
			Mandados e Precatórios	79.281.677,21	74.660.135,14
			Outros Débitos	-	162.968.178,19
Permanente	2.067.277.334,95	1.504.632.949,53	Patrimônio Líquido	1.871.277.864,54	1.561.632.754,59
Investimentos	6.138.628,14	32.849.900,51	Capital	1.143.668.303,20	597.151.170,79
Imobilizado	2.026.163.260,90	1.451.068.565,94	Reservas de Capital	31.613.190,81	31.596.234,30
Imóveis	1.004.613.623,48	963.402.418,49	Reservas de Lucros	406.671.702,56	571.852.753,20
(-) Depreciação Acumulada	(381.776.530,19)	(349.705.649,58)	Reserva Legal	45.639.106,26	61.275.588,18
Móveis	1.818.489.928,22	1.159.055.948,57	Reserva p/Projeto de Investimento	361.032.596,30	510.577.165,02
(-) Depreciação Acumulada	(405.287.372,23)	(315.503.234,79)	Lucros Acumulados	289.324.667,97	361.032.596,30
(-) Amortização	(9.876.388,38)	(6.180.916,75)			
Diferido	34.975.445,91	20.714.483,08			
Instalações e Despesas	43.862.205,84	24.336.755,41			
(-) Amortização Acumulada	(8.886.759,93)	(3.622.272,33)			
TOTAL	4.159.071.396,73	3.406.191.009,76	TOTAL	4.159.071.396,73	3.406.191.009,76

 HUMBERTO EUSTÁQUIO CESAR MOTA
 Presidente

 GELSON DA SILVA MELLO
 Diretor Econômico-Financeiro

 ROBERVAL BORGES CORREA
 Diretor Comercial

 PAULO ROBERTO MENICUCCI
 Diretor de Tecnologia

 CARLOS AUGUSTO DE LIMA SENA
 Diretor de Operações

 CLÁUDIO MELO COLAÇO
 Diretor de Administração

 AFRANIO RODRIGUES JUNIOR
 Diretor de Recursos Humanos

 GERVÁSIO A. C. DE CARVALHO
 Contador CRC/RS-044.497/T-0

CNPJ: 34.028.316/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO

RUBRICA	2002 (R\$)	2001 (R\$)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	5.397.968.540,15	4.743.989.040,19
DEDUÇÕES	(224.192.993,93)	(197.098.576,80)
Impostos e Contribuições	(224.192.993,93)	(197.098.576,80)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.173.775.546,22	4.546.890.463,39
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(3.342.416.818,32)	(2.950.129.744,75)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.831.358.727,90	1.596.760.718,64
Receitas Operacionais	308.681.897,16	-
Financeiras	308.681.897,16	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.760.245.466,20)	(800.163.119,19)
Financeiras	(385.971.815,72)	30.230.414,75
Administrativas	(1.203.430.071,45)	(701.563.445,42)
Treinamento	(16.107.636,02)	(14.715.176,21)
Despesas de Depreciação e Amortização	(154.735.943,01)	(109.090.961,12)
Outras		(5.023.951,19)
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	379.795.158,86	796.597.599,45
RECEITAS (DESPESAS) NÃO-OPERACIONAIS	308.059.800,78	(4.590.288,28)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	687.854.959,64	792.007.311,17
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(262.517.242,50)	(285.294.895,32)
Provisão para Imposto de Renda	(191.526.819,76)	(207.744.438,17)
Provisão para a Contribuição Social	(70.990.422,74)	(77.550.457,15)
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS	(19.268.007,71)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	406.069.709,43	506.712.415,85

 HUMBERTO EUSTÁQUIO CESAR MOTA
 Presidente

 GELSON DA SILVA MELLO
 Diretor Econômico-Financeiro

 ROBERVAL BORGES CORREA
 Diretor Comercial

 PAULO ROBERTO MENICUCCI
 Diretor de Tecnologia

 CARLOS AUGUSTO DE LIMA SENA
 Diretor de Operações

 CLÁUDIO MELO COLAÇO
 Diretor de Administração

 AFRANIO RODRIGUES JUNIOR
 Diretor de Recursos Humanos

 GERVÁSIO A. C. DE CARVALHO
 Contador CRC/RS-044.497/T-0

CNPJ 34.028.316/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	2002 (R\$)	2001 (R\$)
ORIGENS	737.195.594,55	905.112.555,55
DAS OPERAÇÕES	563.595.959,08	905.004.258,64
Lucro Líquido do Período	406.069.709,43	506.712.415,85
Mais: Depreciação e Amortização	154.735.943,01	109.090.961,12
Baixas de Bens Permanentes	2.790.306,64	31.472.909,34
Aumento do Exigível a Longo Prazo	-	257.727.972,33
DE TERCEIROS	173.599.635,47	108.296,91
Aumento do Exigível a Longo Prazo	173.582.678,96	-
Imóveis recebidos por Doação	16.956,51	114.966,25
Imóveis devolvidos (recebidos por doações)	-	(6.669,34)
APLICAÇÕES	1.126.008.467,97	574.962.103,63
Aplicações em Investimentos	-	365.423,62
Aplicações no Imobilizado	700.645.184,64	433.851.268,60
Aplicações no Diferido	19.525.450,43	5.859.597,59
Aumento do Realizável a Longo Prazo	309.396.276,91	14.541.615,06
Transferências à União	96.441.555,99	120.344.198,76
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(388.812.873,42)	330.150.451,92
ATIVO CIRCULANTE	(119.160.275,36)	749.918.440,03
No início do período	(1.791.324.899,03)	(1.041.406.459,00)
No fim do período	1.672.164.623,67	1.791.324.899,03
PASSIVO CIRCULANTE	269.652.598,06	419.767.988,11
No início do período	(1.212.839.109,83)	(793.071.121,72)
No fim do período	1.482.491.707,89	1.212.839.109,83

 HUMBERTO EUSTÁQUIO CÉSAR MOTA
 Presidente

 GELSON DA SILVA MELLO
 Diretor Econômico Financeiro

 ROBERVAL BORGES CORREA
 Diretor Comercial

 PAULO ROBERTO MENICUCCI
 Diretor de Tecnologia

 CARLOS AUGUSTO DE LIMA SENA
 Diretor de Operações

 CLÁUDIO MELO COLAÇO
 Diretor de Administração

 AFRÂNIO RODRIGUES JUNIOR
 Diretor de Recursos Humanos

 GERVASIO A C DE CARVALHO
 Contador CRC/044.497/T-O

CNPJ 34.028.316/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATÉ 31.12.2002

	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	INVESTIMENTOS		
Saldo em 31/12/2000	597.151.170,79	31.487.937,39	35.939.967,39	373.100.586,28	137.476.578,74	1.175.156.240,59
Acréscimos às Reservas:						
Imóveis recebidos/devolvidos doação		108.296,91				108.296,91
2 Incentivos fiscais de imposto renda						
0 Recolhimento à União						
0 Projetos de investimentos				137.476.578,74	(137.476.578,74)	
1 Resultado do período					506.712.415,85	506.712.415,85
Destinações:						
Reserva Legal			25.335.620,79		(25.335.620,79)	
Dividendos da União					(120.344.198,76)	(120.344.198,76)
Saldo em 31/12/2001	597.151.170,79	31.596.234,30	61.275.588,18	510.577.165,02	361.032.596,30	1.561.632.754,59
Acréscimos às Reservas:						
Imóveis recebidos/devolvidos doação		16.956,51				16.956,51
Incentivos fiscais de imposto renda						
2 Recolhimento à União						
0 Projetos de investimentos	510.577.165,02			(510.577.165,02)	(361.032.596,30)	
0 Resultado do período				361.032.596,30	406.069.709,43	406.069.709,43
Destinações:						
Reserva Legal	35.939.967,39		(35.939.967,39)		(20.303.485,47)	
Dividendos da União			20.303.485,47		(96.441.555,99)	(96.441.555,99)
Saldo em 31/12/2002	1.143.668.303,20	31.613.190,81	45.639.106,26	361.032.596,30	289.324.667,97	1.871.277.864,54

 HUMBERTO EUSTÁQUIO CESAR MOTA
 Presidente

 GELSON DA SILVA MELLO
 Diretor Econômico Financeiro

 ROBERVAL BORGES CORREA
 Diretor Comercial

 PAULO ROBERTO MENICUCCI
 Diretor de Tecnologia

 CARLOS AUGUSTO DE LIMA SENA
 Diretor de Operações

 CLÁUDIO MELO COLAÇO
 Diretor de Administração

 AFRANIO RODRIGUES JUNIOR
 Diretor de Recursos Humanos

 GERVÁSIO A. C. DE CARVALHO
 Contador CRC/RS-044.497/T-0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2002

(Valores em R\$)

NOTA 1 - DA ENTIDADE

CARACTERIZAÇÃO

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com sede em Brasília - DF, no Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco A, CNPJ/MF 34.028.316/0001-03, é Empresa pública de direito privado, criada pelo Decreto-Lei 509, de 20/03/69, vinculada ao Ministério das Comunicações, com capital social no montante de R\$ 1.143.668.303,20, totalmente integralizado pela União. Rege-se pela legislação federal e por seu Estatuto. Sua estrutura administrativo-operacional é constituída pela Administração Central – AC, composta pelos Conselhos de Administração e Fiscal, pela Diretoria, pelos Departamentos e órgãos do mesmo nível e pela Administração Regional, representada por 24 Diretorias Regionais.

ÁREA DE ATUAÇÃO

A Empresa atua na área postal desde 1969, sendo detentora da exclusividade sobre os serviços de recebimento, transporte e entrega de carta, cartão postal e correspondência agrupada e o recebimento, transmissão e entrega de telegramas, conforme previsto na Lei 6.538/78.

Atua na área financeira como agente arrecadador - em parceria com os órgãos do Governo, prestando serviços de pagamento a aposentados e pensionistas da previdência social e outras atividades semelhantes - e como correspondente bancário na prestação de serviços básicos de recebimento de proposta de abertura de contas corrente e de poupança, saques, depósitos, bem como recebimento de títulos, dentre outros.

Na área comercial, vem expandindo as atividades, colocando à disposição da população 28,3 mil pontos de venda de produtos e serviços postais, 25,8 mil Caixas de Coleta e 4,6 mil Caixas Postais Comunitárias. O ano marcou o início da implantação do novo telegrama, que passará a ser tarifado por página e transmitido na forma exata em que tenha sido redigido, com a possibilidade de inclusão de imagens.

A ECT conta com uma rede logística de 828 unidades de Tratamento e Distribuição, 150 Regiões Operacionais – REOPS, 8 Terminais de Carga e 46 Centros de Operações de Veículos. Houve atuação muito forte na consolidação do Banco Postal, que fechou o ano implantado em 2.500 agências, e de outras iniciativas como o Sedex 10 e o novo serviço de encomenda não expressa, o PAC.

Foram instaladas 119 ACCs tipo I, projetadas de acordo com o novo modelo de unidades para atendimento de varejo. Na Internet, foram concluídos os projetos de shopping virtual, quiosque de acesso público e endereço eletrônico permanente, que deverão ser lançados em 2003.

NOTA 2 – AVALIAÇÃO DOS VALORES APRESENTADOS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com a Legislação Societária vigente, Lei 6.404/76 e em observância da Lei 9.249/95 (artigos 4º e 5º), que trata da extinção da Correção Monetária de Balanço.

NOTA 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As Receitas e Despesas foram processadas descentralizadamente em vinte e quatro Diretorias Regionais e na Administração Central, a qual consolida mensalmente os balancetes para geração do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Empresa.

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como a provisão para devedores duvidosos, constituída até o limite considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

a) Estoques: avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera os preços de mercado e é inferior ao custo de reposição.

b) Investimentos: registrados pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até o exercício de 1995 e deduzidos da provisão necessária à sua realização a valor de mercado.

c) Imobilizados: demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos monetariamente até 1995, observadas as leis 7.799/89, 9249/95 e Decreto 332/91. Os encargos financeiros decorrentes de empréstimos que financiam aquisição de bens e obras, enquanto em andamento, estão sendo capitalizados. Os gastos incorridos com manutenção e reparos, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou vida útil) são capitalizados, enquanto que os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. Os custos financeiros com juros incorridos com o projeto de Mecanização da Triagem não são capitalizados.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil. As principais taxas aplicadas são as seguintes:

- Imóveis: 4% a.a.
- Equipamentos de Informática: 20% a.a.
- Instalações e Máquinas/Equipamentos: 10% a.a.
- Veículos: 18% a.a. (permanecendo valor residual de 10%)
- Outras imobilizações: 20% a.a.

d) Diferido: demonstrado pelo valor de custo corrigido monetariamente até 1995, ajustado por amortizações a partir da data em que começam a ser usufruídos os benefícios, em períodos que não ultrapassam o prazo máximo de dez anos, estabelecido na Lei 6.404/76.

e) Demais ativos: apresentados pelo valor de realização acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até o exercício de 1995.

f) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo: registrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias.

g) Provisões: os critérios de constituição das provisões registradas durante o exercício foram os seguintes:

- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – constituída ao final do exercício, com base no percentual correspondente à relação entre a soma das perdas ocorridas nos últimos três anos e a soma dos créditos de mesma espécie existentes no início dos anos correspondentes;
- Provisão para Alcances - constituída mensalmente, à base de 90% do saldo registrado na conta Alcances, para absorver perdas causadas por detentores de valores e/ou bens da Empresa;
- Provisão para 13º Salário - constituída mensalmente, no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado, e encargos sociais respectivos, com base nas informações disponibilizadas pelo Sistema de Gestão de Pessoal (POPULIS);
- Provisão para Férias - constituída mensalmente, com base nos registros do Sistema de Gestão de Pessoal (POPULIS), pelo valor efetivo dos períodos aquisitivos, individualmente, considerando os salários, gratificação de férias e encargos sociais respectivos;
- Provisão para Prejuízos a Apurar - desmembrada em delito interno e externo, sendo que, no caso de delito externo, a provisão foi constituída mensalmente à base de 90% e no caso de delito interno em 50% do saldo registrado nos respectivos detalhes da conta Prejuízos a Apurar. É utilizada para fazer face a perdas referentes a roubos, furtos, extravios e espoliações, cujo processo se encontra em fase de apuração;
- Provisão para Agência de Correios Franqueada Inadimplente (ACFs) - constituída mensalmente, à base de 50% do saldo registrado nas contas ACFs Inadimplentes, Inadimplentes com Cobrança Judicial, Descredenciadas com Cobrança Judicial e Tomada de Contas Especial, para absorver possíveis perdas referentes a inadimplências das Agências de Correios Franqueadas;
- Provisão para Valores em Cobrança Jurídica - constituída mensalmente, à base de 50% do saldo das subcontas Cheques em Cobrança Jurídica e Outros Direitos em Cobrança Jurídica, para fazer face às perdas decorrentes de valores ou títulos entregues ao órgão jurídico para cobrança;
- Provisão para Empréstimo Compulsório - constituída à base de 100% do valor lançado a título de empréstimos compulsórios sobre aquisição de veículos e combustíveis, conforme Decreto 2288/86;

- Provisão para Reclamações Trabalhistas/Cíveis/Fiscais – constituída mensalmente para fazer face às demandas judiciais oriundas de processos ajuizados contra a ECT. Valores definidos com base em pareceres da área jurídica, os quais têm como referência o grau de risco existente, classificados em perda provável (100%), possível (50%) e remota (0%);
- Provisão para Ações de Cobrança de Fornecedores - constituída para lastrear os valores envolvidos nas ações impetradas por fornecedores, que tramitam na esfera judicial;
- Provisão para Reservas a Amortizar/Postalís - por recomendação da Auditoria Externa, foi constituída a provisão no valor de R\$ 71,7 milhões, representando 1/5 de R\$ 358,6 milhões, valor este conhecido em 2002 pela ECT até o encerramento de seu Balanço. Após o encerramento do Balanço do Postalís contendo a posição de 31.12.2002, este valor foi alterado para R\$382,3 milhões, que deverá ser provisionado pela Empresa até 2006 para cobertura das reservas a amortizar referentes a serviços passados, conforme comentado na Nota15.

h) Imposto de Renda e Demais Tributos

- A Empresa apura o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ com base no Lucro Real por períodos trimestrais. As provisões foram constituídas mensalmente à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidas de adicional de 10%, nos termos da legislação vigente.
- Aplicam-se à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no que couber, inclusive quanto à opção pelo período de apuração e pagamento, as disposições da legislação do imposto de renda. As provisões foram constituídas mensalmente à alíquota de 9% incidente sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado pelas adições, exclusões e compensações determinadas ou autorizadas pela legislação vigente.
- A Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas no período de janeiro a novembro/02 à alíquota de 0,65% e 3%, respectivamente, sobre a receita total, efetuadas as exclusões e diferimentos permitidos pela legislação. A partir de 01 de dezembro/02, a alíquota do PASEP foi majorada em 1%, passando para 1,65%, de acordo com a Lei 10.637 de 30 de dezembro de 2002.
- As demais obrigações tributárias estão em conformidade com as alíquotas estabelecidas pela legislação.

NOTA 4 - DISPONÍVEL

As disponibilidades da Empresa em 31/12/02 somam R\$ 850.523.628,18 (R\$ 1.011.391.220,84 em 2001), assim distribuídas: Caixa R\$ 50.804.665,88 (R\$ 46.355.954,60 em 2001), Bancos R\$ 54.507.106,26 (R\$ 92.211.414,58 em 2001) e Aplicações R\$ 745.211.856,04 (R\$ 872.823.851,66 em 2001).

Por decisão do Conselho Monetário Nacional, que decidiu flexibilizar as restrições estabelecidas e dar maior liberdade operacional às empresas, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução nº 2.917, de 19/12/2001, autorizando a constituição de Fundo de Investimento Extramercado Comum e

Fundos de investimentos Extramercado Exclusivos, para acolher as aplicações das disponibilidades resultantes de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta que exerçam atividades não sujeitas à Supervisão do Banco Central do Brasil. Em decorrência, a Diretoria Colegiada da ECT decidiu, em Reunião Ordinária (REDIR – 013/2002), de 27.03.2002, pela adesão da ECT à cisão do Fundo de Investimento Financeiro BB Extramercado, tendo sido formalizadas, em 09.10.2002, mediante assinatura de Termos de Adesão aos Fundos de Investimento Financeiro BB Extramercado Exclusivo, nas carteiras: 13 – Longo Prazo, conforme Nota 8; 14 – Curto Prazo e 15 – Cambial, conforme apresentado na Nota 8. Em 31/12/02 o saldo de R\$ 745.211.856,04 estava assim composto:

Ativo Circulante	Fundo Extramercado	R\$ 325.592.197,01
	Fundo Exclusivo	R\$ 419.619.659,03
	T o t a l	R\$ 745.211.856,04

NOTA 5 - CRÉDITOS

O saldo de R\$ 635.962.139,57 (R\$ 637.419.815,89 em 2001) refere-se aos direitos da Empresa com os usuários dos serviços, que estão representados por: Serviços Faturados R\$ 425.159.113,21 (R\$ 390.146.179,17 em 2001); Serviço a Crédito a Faturar R\$ 45.596.641,61 (R\$ 65.579.718,50 em 2001); Débitos de Agências Franqueadas R\$ 46.737.097,21 (R\$ 62.483.416,15 em 2001); Débitos Internacionais R\$ 78.921.717,40 (R\$ 91.563.946,14 em 2001) estes, corrigidos pela variação do Direito Especial de Saque - DES; Débitos de Terceiros R\$ 37.789.128,51 (R\$ 23.454.808,36 em 2001) e Outros Créditos R\$ 1.758.441,63 (R\$ 4.191.747,57 em 2001) – distribuídos em diversas rubricas.

NOTA 6 - ESTOQUES

O saldo dos estoques na data do balanço é de R\$ 34.887.151,45 (R\$ 20.989.783,36 em 2001), representados por materiais de consumo que foram registrados de acordo com o Parecer Normativo CST 06/79 e 199/70, ou seja, registro permanente do estoque emitido por sistema de processamento de dados (Sistema MAT).

NOTA 7 - OUTROS VALORES E BENS

O saldo de R\$ 147.872.988,10 (R\$ 119.165.348,61 em 2001) engloba entre outros: Adiantamentos concedidos a empregados e terceiros R\$ 48.367.639,67 (R\$ 35.691.915,91 em 2001); Valores a Compensar R\$ 21.181.531,19 (R\$ 16.101.604,46 em 2001), que são apropriações e retenções fiscais e parafiscais; Cobrança Jurídica/Inadimplência R\$ 47.393.049,01 (R\$ 38.676.619,14 em 2001), contabilizados pelo valor original e deduzidos das provisões para cobertura das perdas; Valores a Apurar R\$ 1.695.867,80 (R\$ 6.412.850,42 em 2001), relativos aos processos em andamento por delitos internos e externos, registrados pelo valor original e já deduzidos das provisões para cobertura das perdas; e outros créditos R\$ 29.234.900,43 (R\$ 22.282.358,68 em 2001).

NOTA 8 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Composição do saldo do grupo, no valor de R\$ 419.629.438,11 (R\$ 110.233.161,20 em 2001): Aplicações - valor caucionado ao garantidor como contragarantia dos financiamentos externos R\$ 147.438.610,45 (R\$ 51.126.737,62 em 2001) Fundo 15, nos mesmos moldes das aplicações mencionadas na Nota 4; R\$ 191.493.014,61, aplicação no Fundo de Investimento Financeiro BB Extramercado 13, conforme demonstrado na Nota 4; Imóveis Funcionais R\$ 4.690.579,16 (R\$ 4.768.240,95 em 2001), resultante da alienação aos empregados com financiamento administrado pela Caixa Econômica Federal; Despesas Antecipadas R\$ 25.909.808,76 (R\$ 14.446.203,54), relativas aos seguros a vencer por conta dos financiamentos externos; Depósitos Judiciais R\$ 50.070.238,68 (R\$ 39.864.792,64 em 2001), referentes aos depósitos judiciais efetuados pela Empresa relativos aos autos de infração e reclamações trabalhistas; e Outros R\$ 27.186,45 (R\$ 27.186,45 em 2001).

NOTA 9 - INVESTIMENTOS

Os recursos aplicados em Investimentos, após deduzidas as provisões, somam R\$ 6.138.628,14 (R\$ 32.849.900,51 em 2001). Desse montante, R\$ 28.061.890,63, estão aplicados em Investimentos com Incentivos Fiscais – FINAM / FINOR, conforme art. 592, Decreto nº 3.000, de 26/03/1999 – RIR/99, cujos valores permaneceram inalterados em relação ao exercício anterior, assim distribuídos: Certificado de Investimento – FINOR; R\$ 14.327.803,96 Certificado de Investimento – FINAM R\$ 4.825.434,17; Depósito para Investimento – FINOR R\$ 940.357,76; Depósito para Investimento – FINAM R\$ 7.968.294,74. Com a finalidade de resguardar possíveis riscos de perdas no investimento foi provisionado o valor de R\$ 26.709.849,67, ou seja, cerca de 95% do valor investido, que representa a diferença entre o valor original e o valor de mercado em 31.12.02.

NOTA 10 – IMOBILIZADO

O saldo do Ativo Imobilizado ao final do exercício de 2002 apresentou o montante de R\$2.026.163.260,90 (R\$1.451.068.565,94 em 2001), composto das seguintes parcelas:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	SALDO EM 2002	SALDO EM 2001
IMÓVEIS		
PRÉDIOS	674.282.187,32	668.970.192,31
TERRENOS	194.692.398,44	177.167.204,41
INSTALAÇÕES EM PRÉDIOS PRÓPRIOS	98.856.646,36	84.519.296,74
BENFEITORIA EM IMÓVEIS DE TERCEIROS	36.782.391,36	32.745.725,03
OBRAS EM ANDAMENTO	94.272.402,83	64.666.979,14
MÓVEIS		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	76.122.873,32	69.016.936,79
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	585.602.606,54	368.325.126,91
VEÍCULOS MOTORIZADOS	179.552.828,73	142.346.531,97
VEÍCULOS NÃO MOTORIZADOS	5.720.792,21	2.980.468,26
FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS	1.623.072,72	1.717.383,36
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	245.020.805,52	201.868.458,83
SOFTWARE, LICENCIAMENTO E SIMILARES	38.990.137,33	18.285.359,81
AQUISIÇÕES EM ANDAMENTO	591.246.673,28	289.510.967,76
BENS INTANGÍVEIS	337.735,74	337.735,74
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(796.940.290,80)	(671.389.801,12)
Total Geral	2.026.163.260,90	1.451.068.565,94

NOTA 11 - PASSIVO CIRCULANTE

DIVIDENDOS A PAGAR – à União, acionista único, é garantido um dividendo de pelo menos 25% do lucro do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6404/76, correspondente a R\$ 96.441.555,99 em 2002 (R\$ 120.344.198,76 em 2001).

ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS – o saldo de R\$ 137.125.368,72 (R\$ 61.887.926,46 em 2001), refere-se aos valores de terceiros, recebidos pela ECT mediante contratos para prestação de serviços de recebimentos de contas, de remessa de valores ou venda de produtos de terceiros em consignação.

ADIANTAMENTO DE CLIENTES – o saldo de R\$ 297.586.447,59 (R\$ 260.360.568,92 em 2001), referente aos recursos de terceiros em poder da Empresa, está composto, entre outros valores, da seguinte forma: Filatelistas R\$ 319.227,13 (R\$ 100.091,16 em 2001); Adiantamentos de Clientes R\$ 7.935.839,35 (R\$ 11.003.962,86 em 2001); Depósitos do INSS para Pagamento de Benefícios R\$ 256.954.779,34 (R\$ 227.738.543,68 em 2001); Créditos a Realizar - SIAFI R\$ 12.077.450,29 (R\$ 2.379.900,78 em 2001).

DÉBITOS NEGOCIADOS – o saldo de R\$ 8.508.001,26 (R\$ 15.636.794,88 em 2001), foi transferido do Exigível a Longo Prazo para o Passivo Circulante e refere-se ao parcelamento de dívida com o INSS, R\$ 6.678.110,52 e com a COFINS, R\$ 1.829.890,74, cujas parcelas serão pagas em 2003.

CONTAS INTERNACIONAIS A PAGAR – o saldo de R\$ 57.863.147,72 (R\$ 75.101.660,85 em 2001) representa as obrigações da Empresa para com as Administrações Postais, Operadores Privados e Cias. Aéreas, corrigidas pela variação do Direito Especial de Saque - DES.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS – o saldo de R\$ 19.268.007,71 corresponde ao valor calculado com base na média dos indicadores estabelecidos pela Empresa e deverá ser pago aos empregados em abril/02, conforme comentado na Nota 16.

OUTROS DÉBITOS – R\$ 127.935.339,58 (R\$ 60.825.207,17 em 2001), destacando-se:

RECEITAS A APROPRIAR - R\$ 116.324.327,07 (R\$ 37.033.661,81 em 2001): desse total, R\$ 112.962.559,00 refere-se ao depósito efetuado pelo Banco Bradesco S/A em outubro/2001, em cumprimento ao que determina o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira do contrato n.º 10.805/2001, correspondente à remuneração de acesso aos grupos de agências da ECT, estipulada no processo de seleção de parceiros para prestação de serviços de correspondente bancário, nos moldes estipulados pela Resolução n.º 2.707 de 30/03/2000, do Banco Central do Brasil. Conforme informação prestada pelo Departamento de Administração do Banco Postal, por meio da CI/ASS/DEBAN – 0052/2003, este valor poderá ser transferido em 2003, em sua totalidade, para o grupo da receita, tendo em vista a previsão de implantação do processo em toda a rede de agências. O restante, R\$ 3.361.768,03 refere-se à apropriação de aluguel de caixa postal, que também deverá ser apropriado em 2003 às receitas.

NOTA 12 – EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – a conta de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 469.656.019,93 (R\$ 187.066.193,06 em 2001), está assim constituída:

- financiamentos em moeda estrangeira, cujos desembolsos autorizados somam R\$ 366.099.485,55 (R\$ 126.532.400,99 em 2001), com períodos de amortização entre cinco e dez anos com garantias do Banco do Brasil S/A, cuja composição de saldo é a seguinte:

Agente Financeiro	Vigência	Moeda	Valor do Contrato	Cotação 31/12/02	Valor Integral do Contrato em 31/12/02	Desembolso Contabilizado até 31/12/02	Saldo Remanescente em 31/12/02	Desembolso Contabilizado até 31/12/01	Saldo Remanescente em 31/12/01
					R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
KFW (Alemanha)	28.02.00	EUR	62.129.884,50	3,70120	229.955.128,51	149.070.132,61	80.884.995,90	19.232.014,09	108.981.411,83
Socièté Generale (França)	29.02.00	EUR	53.766.839,00	3,70120	199.001.824,51	44.793.907,75	154.207.916,76	26.274.638,83	84.680.223,14
JBIC/Marubeni Corporation (Japão)	12.05.00	JPY	6.839.081.549,00	0,029779	203.661.009,45	143.855.756,17	59.805.253,28	72.745.901,83	48.353.715,16
Danske Bank A/S (Dinamarca)	14.06.00	EUR	18.251.878,23	3,70120	67.553.851,70	28.379.689,02	39.174.162,68	8.279.846,24	29.385.374,87
TOTAL					700.171.814,17	366.099.485,55	334.072.328,62	126.532.400,99	271.400.725,00

- financiamentos em moeda nacional – R\$ 103.556.534,38 (R\$ 55.543.628,55 em 2001) – referem-se ao projeto do Sistema de Rastreamento de Objetos/SRO, contrato 8883/97, sendo 85% financiado pelo fornecedor. Em 11/12/2002, a ECT emitiu o Termo de Aceitação Final que, conforme estabelecido na Cláusula Décima Quinta – da vigência/eficácia item 15.2, finaliza a vigência do referido contrato e define a data de consolidação, iniciando o período de carência de 6 (seis) meses para amortização da dívida (85%) em 60 (sessenta) meses, cuja primeira parcela vencerá no mês de junho de 2003.

DÉBITOS NEGOCIADOS - O saldo de R\$ 17.251.785,51 (R\$ 23.268.893,46 em 2001), refere-se ao parcelamento da dívida com o INSS no valor de R\$ 21.670.700,54, correspondente as parcelas com vencimento a partir de janeiro de 2004, num total de 31 parcelas.

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - A Empresa, baseada em avaliação da sua área jurídica, constituiu provisão para contingências de natureza Trabalhista, Tributária e Cível, de processos administrativos acima de R\$ 100.000,00 até 30.06.02. Considerando a informatização implantada naquele órgão jurídico, a partir de 2002 (Sistema IUS), foi possível considerar os processos de valores acima de R\$ 5.000,00, cuja contabilização complementar ocorreu em 31.12.02. Esta conta apresentou saldo de R\$ 97.217.377,85 (R\$ 94.916.088,83 em 2001).

TRIBUTOS COMPENSADOS - O saldo dessa rubrica ao final do exercício importou em R\$ 70.166.565,80 (R\$ 88.839.656,66 em 2001) e refere-se a valores de tributos não recolhidos e compensados com créditos apurados.

MANDADOS E PRECATÓRIOS - O saldo de R\$ 79.281.677,21 (R\$ 74.660.135,14 em 2001) representa as obrigações da Empresa por determinação judicial, cujos pagamentos deverão ocorrer até 31 de dezembro do exercício subsequente.

RECEITAS A APROPRIAR - Foi transferido para o Passivo Circulante o valor de R\$ 112.962.559,04, referente ao depósito efetuado pelo Bradesco e que deverá integrar as receitas de 2003. Ver Nota 11.

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL: o Capital Social foi aumentado de R\$ 597.151.170,79 para R\$ 1.143.668.303,20, conforme Decreto S/N de 08 de agosto de 2002 (DOU n.º 153, Seção 1, de 09/08/02), mediante a incorporação de R\$ 510.577.165,02 da Reserva de Lucros para Projetos de Investimentos e de R\$ 35.939.967,39 da Reserva Legal.

RESERVA DE CAPITAL - OUTRAS RESERVAS: o montante de R\$ 31.613.190,81 (R\$ 31.596.234,30 em 2001) refere-se a aplicações em incentivos fiscais e recebimento de bens em doações de órgãos públicos.

RESERVA DE LUCROS - RESERVA LEGAL: o valor de R\$ 45.639.106,26 (R\$ 61.275.588,18 em 2001) representa o destaque de 5% do lucro líquido dos exercícios de 2001 e 2002, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76, e se destina a assegurar a integridade do Capital Social.

RESERVA DE LUCROS - RESERVA P/ PROJETO DE INVESTIMENTO: o valor de R\$ 361.032.596,30 (R\$ 510.577.165,02 em 2001), foi constituída para cobertura de parcela de investimentos da ECT, conforme aprovação em 27/12/02 pelo Ministro de Estado da Fazenda, comunicada pelo OF 1946/PGN/PGA, de 30/12/2002 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com vistas ao atendimento do programa de modernização estrutural, empresarial e tecnológica da Empresa.

LUCROS ACUMULADOS: o saldo desta conta, no valor de R\$ 289.324.667,97 (R\$ 361.032.596,30 em 2001), representa o montante dos lucros auferidos pela Empresa no exercício de 2002 já deduzidos a Reserva Legal e os Dividendos.

NOTA 14 - REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

Atendendo ao disposto no artigo 3º do Decreto 95.524, de 21/12/87, estão demonstradas abaixo a menor e a maior remuneração percebida por dirigentes e empregados da Empresa, no mês de encerramento do exercício, acrescidas de um duodécimo das parcelas pagas com periodicidade diversa da mensal, como segue:

REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS	MENOR REMUNERAÇÃO	SALÁRIO MÉDIO	MAIOR REMUNERAÇÃO
Dirigentes	12.955,98	-	16.738,35
Empregados	362,58	685,87	12.076,98

NOTA 15 - FUNDO DE PENSÃO

A ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – POSTALIS, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, através de plano de benefício definido. Suas reservas matemáticas são calculadas atuarialmente e revisadas anualmente. A ECT contribui com uma parcela mensal de, no máximo, 8,921% da folha de pagamento, composta da taxa de contribuição normal (paritária entre a patrocinadora e o participante) e da taxa de contribuição especial (4,926%), destinada à cobertura das reservas a amortizar referentes a serviços passados, cujo montante em 31/12/2002 atingiu a R\$ 382,3 milhões, para o qual já houve apropriação de R\$ 71,7 milhões no resultado pela ECT, de forma linear e a partir de 2002, conforme IN/CVM nº 371, de 13.12.2000 e NPC 26 do IBRACON. A diferença, R\$310,6 milhões, será apropriada no resultado da Empresa em quatro anos, a partir de 2003. Está prevista a implantação, no decorrer de 2003, do novo Plano de Benefícios de Contribuição Definida – POSTALPREV, cujo regulamento foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS. As contribuições referentes ao ano de 2002 foram debitadas em despesas, totalizando ao final do exercício R\$ 93.462.123,43 (R\$ 78.315.813,81 em 2001).

Os valores acima foram determinados com base nos cálculos atuariais procedidos pelos atuários contratados pelo POSTALIS e a ECT, na condição de patrocinadora registrou nas suas demonstrações contábeis, nos termos da Instrução CVM no. 371/00, o valor de R\$ 71,7 milhões em 31 de dezembro de 2002, correspondente à razão de 1/5 do valor da reservas a amortizar. O método de apuração adotado foi o do Programa Maior, objetivando manter consistência com a apuração efetuada no POSTALIS (e não o método da Unidade de Crédito Projetada – PUC, sugerido pelo Instituto dos Auditores Independentes, que se adotado não afetaria relevantemente o resultado, o patrimônio líquido e os respectivos indicadores econômico-financeiros da ECT).

NOTA 16 - EVENTOS SUBSEQÜENTES

CONTRATOS RELATIVOS A PROJETOS PRIORITÁRIOS

Os investimentos em modernização estão sendo realizados em cumprimento ao planejamento de longo prazo visando a renovação estrutural, comercial e tecnológica dos Correios.

Mecanização da Triagem (MECTRI) - foram realizados até 2002 um total de R\$ 642 milhões, estando prevista a realização de R\$ 497 milhões até o ano de 2004, num total de R\$ 1,1 bilhão. Desse montante, R\$ 556 milhões, ou 49%, estão sendo realizados com recursos próprios e os demais recursos de terceiros. Esses números correspondem a valores na data de desembolso ou valores correntes.

Projeto Sistema de Rastreamento de Objetos (SRO) – o contrato firmado com o fornecedor e financiador IBM Brasil – Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., representa investimentos da ordem de R\$ 119,3 milhões, corrigido com base na cotação do dólar do dia 31/12/02. Cabe esclarecer que, de acordo com o contrato, já foram pagos 15% do total, que equivale, ao final de 2002, a R\$ 15,8 milhões. O restante (85%), que corresponde a R\$ 103,5 milhões, será pago em 60 parcelas, sendo o pagamento da primeira seis meses após a entrega dos equipamentos relativos ao último ciclo de faturamento, devendo ocorrer este pagamento em junho de 2003.

REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Em 2002, foi contratada mediante licitação pública, a empresa Advanced Appraisal – Consultoria e Planejamento, especializada em avaliação, para reavaliar 2.776 bens imóveis da ECT, terrenos e prédios, cujo resultado está apresentado no quadro a seguir. No momento da constituição da reserva, haverá a incidência de IRPJ e CSLL, conforme a legislação vigente.

Item	Valores de Outubro/02 – em R\$		
	Contábil	Reavaliação	Diferença
Terrenos.....	194.706.559,40	537.682.998,34	342.976.438,94
Prédios.....	328.136.854,39	860.563.606,22	532.426.751,83
Total.....	522.843.413,79	1.398.246.604,56	875.403.190,77

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS – PLR

Foi aprovada pela Diretoria da Empresa na 48ª REDIR, de 27.11.02, a participação de empregados nos Lucros ou Resultados da Empresa, a partir dos resultados do exercício de 2002, a ser paga em 2003, após deduzidos os tributos e seguidas as diretrizes estabelecidas pela Empresa. O valor de R\$ 19.268.007,71, calculado com base na média dos indicadores, será pago aos empregados e deverá ocorrer após a aprovação do Balanço e demais Demonstrações Financeiras de 2002 pelo Conselho de Administração.

HUMBERTO E. C. MOTA
Presidente

GELSON DA SILVA MELLO
Diretor Econômico-Financeiro

ROBERVAL BORGES CORREA
Diretor Comercial

PAULO ROBERTO MENICUCCI
Diretor de Tecnologia

CARLOS AUGUSTO DE LIMA SENA
Diretor de Operações

CLÁUDIO MELO COLAÇO
Diretor de Administração

AFRANIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor de Recursos Humanos

GERVÁSIO A. C. DE CARVALHO
Contador CRC/RS-044.497/T-0